

6.05.03 - Planejamento Urbano e Regional / Serviços Urbanos e Regionais.

LIXO A MARCA DO ANTROPOCENO. SOLUÇÕES LOCAIS INOVADORAS PARA UMA CRISE GLOBAL? Gustavo Rittl¹

Introdução

O que esperar de um mundo onde a própria humanidade emerge como força biogeoquímica – era do antropoceno² - a desestabilizar as próprias bases naturais que permitem o equilíbrio da vida, da biosfera³, concomitantemente a perspectiva de que o próprio sistema-terra - a percepção consciente tardia de Gaia - passa ao primeiro plano no cenário político, com impactos locais e globais, como um dos principais agentes da pauta política mundial, - perda da biodiversidade, enchentes, secas, desequilíbrios ecológicos, mudanças climáticas - demandando ações e responsabilidades de todos os níveis de governo? O que as cidades e os governos locais têm a ver com isso? Entre todos os agentes do sistema econômico global, da extração da matéria prima ao consumo e descarte final, existe a produção de Lixo, ou melhor, de resíduos sólidos, como instituí a Política Nacional de Resíduos sólidos, através da Lei 12.305\2010. O Lixo permeia todas as ideologias e sistemas políticos, afeta diretamente, esta única casa, como foi exaltada em a nossa Casa Comum na recente Encíclica *Laudato Si*. Mas a natureza em si, produz lixo? Não há nada que seja produzido pela natureza, que não seja imediatamente reaproveitado em outro ciclo da vida, tudo na natureza é cíclico, não existe lixo, não há aterros sanitários na natureza.

Resultados e Discussão

Em recente estudo realizado pelo BNDS, *XXI: O século das cidades no Brasil*⁴ argumenta-se que a melhoria das condições de vida da população, deve acontecer junto com a melhoria da economia, mas isso requer muito mais do que planos de crescimento com ênfase macroeconômica e políticas de industrialização que não levam em conta a variável espacial, especialmente a situação dos centros urbanos. A elaboração de políticas públicas locais, de curto, médio e longo prazo, articuladas com as diretrizes de fomento ao desenvolvimento sustentável e a governança da sustentabilidade, garantem a geração de empregos, a dinamização da economia, a melhora na qualidade de vida, a redução de custos e equilíbrio fiscal, engendrando um movimento construtivo de uma cidade sustentável e criativa. Se as cidades são as grandes geradoras de lixo no planeta terra, é nas cidades que está a solução, na articulação de atores econômicos e sociais, na criação de programas permanentes, de visão e compromisso de futuro e na seriedade com o trato com a coisa pública, com os cidadãos e com o planeta, não há jogar fora, tudo está dentro da nossa casa comum, e tudo está sistemicamente relacionado. É imperativo passarmos dos paradigmas de uma economia linear consolidada após a revolução industrial e grandes guerras para uma economia circular, para o reaproveitamento integral de produtos e resíduos

¹ Gustavo Rittl – Instituto de Economia da Unicamp, Especialização em Gestão da Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa, Aluno do Mestrado Profissional em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Socioambiental, PPGPLAN/FAED - Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC: gustavorittl@gmail.com

² Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Antropoceno>

³ Veja estudo em: <http://www.stockholmresilience.org>

⁴ Acessível em: <https://web.bndes.gov.br>

seja na dimensão técnica, material ou biológica. Campinas, de acordo com seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos-2012, gera uma média de 0,916Kg\hab\dia de resíduos domiciliares e comerciais. Tem uma taxa de crescimento histórica anual - considerado o período de 2003 a 2010 - de 11% no PIB municipal, e 3,4% dos resíduos sólidos, resultando numa média de 256, 114,6 toneladas geradas de resíduos por ano. No estudo publicado pelo Departamento de Limpeza Urbana (DLU), a área da coleta convencional dos resíduos sólidos, atinge 100% da região urbana e 50% da área rural. A tributação da taxa de coleta foi instituída em 26 de dezembro de 1990 através do artigo 13 do decreto municipal nº 6.335/90 que vem discriminada no carnê do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano. O Modelo hoje é operado por concessão do serviço público à empresa privada – consórcio TECAM - conta com equipes de coleta convencional, compostas por 1 motorista, 4 coletores e 1 veículo compactador de 15m². Distribuídos por setores noturnos e diurnos com cerca de 50 km de extensão cada. Com aproximadamente 40 veículos compactadores, e atualmente alguns veículos gaiola para transporte de material reciclável, 190 garis e 35 motoristas. Em cada setor são coletadas cerca de 16 toneladas de resíduos, realizadas por no mínimo 3 viagens de cada veículo coletor. A responsabilidade não é somente dos governos locais, a população, a sociedade civil organizada, a iniciativa privada e o poder público tem a responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos sólidos, conforme determina a PNRS. O que recai sobre o governo local é que por ser o titular do serviço de limpeza urbana, é de sua responsabilidade conduzir e fomentar o cumprimento integral da Política Nacional de Resíduos Sólidos em sua totalidade e de acordo com seus objetivos e princípios, neste sentido, a adoção de programas e metas lixo zero para cidades, é imprescindível.

Conclusões

Campinas somente em resíduos eletrônicos, que segundo informações do DLU, os recolhe e encaminha a São Paulo para serem exportados para a Alemanha, gera um total de 40 toneladas por mês, de acordo com dados do Departamento de Limpeza Urbana, fazendo uma conta simples em alusão à metodologia mencionada acima, e usando dados da ONU⁵ para valoração de componentes contidos em cada tonelada de Resíduos Eletrônicos, chega-se à conclusão de que cada tonelada de REE que a cidade gera podemos calcular o valor econômico potencial de R\$ 56.7701,5 multiplicando por 40 toneladas a cada mês são R\$ 2, 271, 080 por ano chega-se a quase R\$ 27 milhões e meio, somados a baixa taxa de reciclagem não mais que 3% em uma estimativa otimista, soma-se mais cerca de R\$ 6 milhões por mês, isso se considerar os resíduos da construção civil que podem ser usados na pavimentação e reconstrução da cidade gerando economia, e sem considerar os resíduos orgânicos que tem um grande potencial desde produção de biogás, biofertilizantes e adubo de qualidade para reflorestar e aumentar as áreas verdes per capita na cidade. Poderíamos seguir o raciocínio e calcular o quanto uma política de saneamento básico e de má gestão dos resíduos sólidos urbanos gera ao erário público, somando-se os custos diretos e indiretos na saúde pública, na manutenção da cidade, na emissão de CO₂, na perda de produtividade e aí por diante para se chegar a uma perspectiva mais assertiva do real custo da irresponsabilidade, e não se trata somente de eficiência econômica.

Palavras-chave

Planejamento Territorial, desenvolvimento socioambiental, inovação sistêmica.

⁵ Disponível em: <https://nacoesunidas.org>